

**ATA NÚMERO 97/09-13 DA REUNIÃO
ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CAMINHA REALIZADA NO DIA DOZE DE
ABRIL DO ANO DOIS MIL E TREZE**

Aos doze dias do mês de Abril do ano dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal sob a presidência de **JÚLIA PAULA PIRES PEREIRA COSTA** e com a presença dos Senhores **FLAMIANO GONÇALVES MARTINS, MÁRIO AUGUSTO PAIS PATRÍCIO, PAULO PINTO PEREIRA, JORGE PAULO AIRES MIRANDA E MARIA TERESA VARANDA RAMALHOSA GUERREIRO.**

Não esteve presente o Senhor Vereador **António Manuel Quintas Vasconcelos**, cuja a falta foi justificada.

Iniciada a reunião, às 15 H 30 M, pela Senhora Presidente **Júlia Paula Pires Pereira Costa** foram tratados os assuntos a seguir indicados:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Senhor Vereador Paulo Pereira** informou que o albergue dos peregrinos celebrará, no próximo fim-de-semana, o primeiro aniversário e a Associação dos Amigos dos Caminhos de Santiago de Viana do Castelo responsável pela gestão deste espaço vai organizar um conjunto de atividades com o apoio do Município de Caminha; fez referência ao programa e informou que é uma atividade que está aberta à população. Disse que neste primeiro ano o albergue foi uma resposta importante no que diz respeito ao Caminho da Costa e, até Dezembro de 2012, passaram por lá 473 peregrinos, de 29 nacionalidades e como curiosidade referiu que o número de peregrinos estrangeiros é superior ao dos portugueses. Relativamente à Semana do Poder Local, que decorrerá entre o dia 22 até ao dia 27

de abril, terá atividades sobre o poder local em Caminha, será feita uma “Mesa Redonda” em que se juntarão os vários presidentes da Camara Municipal de Caminha desde 1974, esta será uma iniciativa dirigida a um público escolar. Seguidamente fez referência ao programa de atividades para a Semana do Poder Local, nomeadamente ao ciclo de conferências previsto bem como às cerimónias do hastear da bandeira em Vila Praia de Âncora e à homenagem ao Poder Local, com o envolvimento de todos os autarcas das diversas freguesias, que se realizará em Caminha. Disse que se realizará, no dia 26 uma sessão de cinema cujo filme será “A noite da Revolução” e no dia 27 realizar-se-á um concerto de homenagem a Zeca Afonso, no pavilhão municipal de Caminha cuja receita reverterá a favor das Associações Humanitárias dos Bombeiros de Caminha e de Vila Praia de Âncora. Fez também referência à iniciativa Vila Praia em Flor que decorrerá nas principais praças e ruas de Vila Praia de Âncora, explicou que com esta iniciativa se pretende valorizar e revitalizar as tradições locais dinamizando a economia local; disse que dentro da programação está uma exposição de Maias com a possibilidade da participação da população local; informou que, durante estes dias decorrerá também o Mercado da Flor que será nos dias 1, 4, 5, 11 e 12 envolvendo os diversos comerciantes da hortifloricultura; decorrerá também a Montra da Criatividade na Praça da Republica, envolvendo as diversas associações culturais e desportivas, a junta de freguesia de Vila Praia de Âncora, fazendo a decoração de um espaço, alusivo também à flor, em que poderão mostrar a sua criatividade

A **Senhora Presidente** deixou um agradecimento público à Sta. Casa da Misericórdia de Caminha pela cedência do espaço para o albergue dos peregrinos, agradeceu à Paróquia que garantiu os serviços de abertura e de encerramento bem como a limpeza do albergue. Agradeceu também ao Senhor Vereador Paulo Pereira pela aposta que fez no albergue dos peregrinos e nos Caminhos de Santiago evidenciando que é uma aposta ganha, não só pela quantidade de peregrinos que passaram pelo albergue mas acima de tudo pela quantidade de nacionalidades e porque, em termos turísticos, esta é uma valência muito importante já que o turismo religioso é uma área que não deve ser desperdiçada.



PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PROPOSTA N.º 01 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 2013/03/20

Nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, **propõe-se:**

- Que seja aprovada a ata da reunião ordinária de 20 de Março passado.

A presente proposta foi aprovada com 5 votos a favor da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores, Flamiano Martins, Mário Patrício, Paulo Pereira, Teresa Guerreiro, 0 votos contra e 1 abstenção do Senhor Vereador Jorge Miranda por não ter estado presente.

PROPOSTA N.º 02 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 2013/04/04

Nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, **propõe-se:**

- Que seja aprovada a ata da reunião ordinária de 04 de Abril passado.

A presente proposta foi aprovada com 5 votos a favor da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores, Mário Patrício, Paulo Pereira, Jorge Miranda, Teresa Guerreiro, 0 votos contra e 1 abstenção do Senhor Vereador Flamiano Martins por não ter estado presente.

**PROPOSTA N.º 03 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À CASA DO POVO DE
LANHELAS**



Em conformidade com o disposto no nº 4, alínea b), do artº 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal apoiar ou participar, pelos meios adequados, nas actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra.

Assim, face ao pedido de apoio solicitado pela Casa do Povo de Lanhelas, **propõe-se** a atribuição de um subsídio de € 1.845.00 àquela instituição, para apoio às despesas com a instrução do processo e organização da candidatura ao PRODER.

A presente proposta foi aprovada com 6 votos a favor da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores, Flamiano Martins, Mário Patrício, Paulo Pereira, Jorge Miranda, Teresa Guerreiro, 0 votos contra e 0 abstenções.

**PROPOSTA N.º 04 – PAGAMENTO DA DÍVIDA DE CONSUMO DE ÁGUA EM
PRESTAÇÕES – FERNANDO LOPES MONTEIRO**

Considerando o elevado valor da factura de água;

Considerando que esse valor se deveu a uma fuga de água;

Considerando que o requerente não possui condições para proceder à liquidação do valor de uma só vez;

Considerando que cabe à Câmara Municipal, apreciar e decidir sobre o deferimento do pedido de pagamento em prestações;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere conceder ao requerente o benefício do pagamento do valor em dívida em 08 prestações mensais. A dívida é relativa ao mês de Janeiro 2013, referente ao consumo de água na instalação n.º 9019, sita na Rua Lampreção, na freguesia de Cristelo.

A presente proposta foi aprovada com 6 votos a favor da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores, Flamiano Martins, Mário Patrício, Paulo Pereira, Jorge Miranda, Teresa Guerreiro, 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 05 – ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL

Em conformidade com o disposto no nº 1, alínea a), b) e c) do artº 3º, do Regulamento Municipal dos Horários de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestações de Serviços no Concelho de Caminha.

Considerando as atuais dificuldades que o comércio local atravessa;

E considerando que o prolongamento de horário é para um estabelecimento similar de mercearia, denominado de “Loja do Bacalhau”, que se enquadra no comércio local;

Propõe-se que a Câmara delibere o alargamento do horário entre as 15.00 e as 22.00 Horas aos Domingos e Feriados para o estabelecimento de mercearia, denominado de “Loja do Bacalhau”, da vila de Caminha.

A presente proposta foi aprovada com 6 votos a favor da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores, Flamiano Martins, Mário Patrício, Paulo Pereira, Jorge Miranda, Teresa Guerreiro, 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 06 – PLANO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO 2013/2014

Nos termos do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, pela Lei n.º 13/2006, de 17 de abril e pelo Decreto-lei n.º 186/2008, de 19 de agosto, Decreto-lei n.º 55/2009, de 02 de março, Decreto-lei n.º 176/2012 de 02 de agosto e Portaria n.º 268A/2012 de 31 de agosto, cabe aos Municípios a competência em matéria de organização, financiamento e controlo do funcionamento dos transportes escolares.

Tal competência consiste na oferta do serviço de transporte entre o local da sua residência e o local dos estabelecimentos de ensino a todos os alunos dos ensinos primário, preparatório e secundário, oficial ou particular e cooperativo, com contrato

de associação e paralelismo pedagógico, quando residam a mais de 3km e para alunos que residam a menos de 3Km quando as acessibilidades sejam difíceis.

Em cada município deverá ser organizado um plano de transporte escolar, conjugando e complementando a rede de transportes públicos e os planos de transportes aprovados para a região, de acordo com a procura efetivamente verificada em cada ano letivo.

Assim, **propõe-se** a aprovação do Plano de Transporte Escolar, documento anexo a esta proposta e da qual fica a fazer parte integrante.

A presente proposta foi aprovada com 6 votos a favor da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores, Flamiano Martins, Mário Patrício, Paulo Pereira, Jorge Miranda, Teresa Guerreiro, 0 votos contra e 0 abstenções.

**PROPOSTA N.º 07 – PROTOCOLOS A CELEBRAR COM AS JUNTAS DE
FREGUESIA PARA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

Considerando que:

- A delegação de atos de Competência da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia está legalmente consagrada na alínea c) do nº6 do Art.º 64º da Lei 169/99 de 18 Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
- Da execução de anteriores Protocolos de Delegação de Competências resultaram benefícios para o interesse comum, que se presume deverem continuar no futuro;
- A Câmara Municipal de Caminha assume que a experiência anterior recomenda a necessidade de um continuado aperfeiçoamento deste instrumento no que se refere ao apoio às competências delegadas nas Juntas de Freguesia;
- A delegação de competências deve ser, por isso mesmo, acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização e racionalização dos recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia da sua gestão, de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais da boa conservação e manutenção do património público, prossecução do interesse público e da legalidade;

-Constitui dever da Câmara Municipal de Caminha analisar, de forma continuada, o modo como as competências delegadas são exercidas pela Junta de Freguesia, fiscalizando, emitindo diretivas ou orientações ou, ainda, através do envio, por parte desta, de informação escrita descritiva e quantitativa em tempo útil, à Câmara Municipal.

Assim, **propõe-se** que a Câmara delibere a aprovação das minutas dos protocolos com as Juntas de Freguesia para Delegação de Competências, os quais ficam a fazer parte integrante desta ata.

Mais **se propõe** a submissão desta proposta à aprovação da Assembleia Municipal, solicitando a sua aprovação em minuta.

A presente proposta foi aprovada com 6 votos a favor da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores, Flamiano Martins, Mário Patrício, Paulo Pereira, Jorge Miranda, Teresa Guerreiro, 0 votos contra e 0 abstenções.

**PROPOSTA N.º 08 – DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO
EXERCÍCIO DE 2012**

Nos termos da alínea e), do n.º 2, do art.º 64º, do Quadro de Competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias aprovado pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e republicado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo. Assim, são presentes todos os documentos de prestação de contas referidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99 (POCAL), de 22 de Fevereiro, e elencados no anexo I constante da Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção, de 12 de Julho, do Tribunal de Contas, integralmente elaborados e ficarão devidamente arquivados para consulta quando para tal forem solicitados, dos quais se extrai que a execução da **receita** atingiu o montante de € 16.746.820.36 (dezassex milhões, setecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e vinte euros e trinta e seis cêntimos), a execução da **despesa** a importância de € 16.616.640.19 (dezassex milhões, seiscentos e dezasseis mil, seiscentos e quarenta euros e dezanove cêntimos) e o **resultado**

líquido do exercício o valor de € 2.212.576,34 (dois milhões, duzentos e doze mil, quinhentos e setenta e seis euros e trinta e quatro cêntimos).

Apreciado o processo composto pelos documentos de prestação de contas do exercício de 2012 acima referidos, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere:

- 1) Aprovar todos os documentos de prestação de contas apresentados e, com eles, os valores apurados nas diversas contas, designadamente o saldo da gerência de 2012, no valor de € 3.053.297,60 (três milhões e cinquenta e três mil e duzentos e noventa e sete euros e sessenta cêntimos), dos quais € 2.333.762,65 (dois milhões, trezentos e trinta e três, setecentos e sessenta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos) reportam-se a operações orçamentais e 719.534,95 (setecentos e dezanove mil, quinhentos e trinta e quatro euros e noventa e cinco cêntimos) a operações de tesouraria;
- 2) Aprovar a proposta de afectação dos lucros do exercício, no montante de 2.212.576,34€, nos termos referidos no relatório de gestão
- 3) Submeter à Assembleia Municipal para apreciação e votação do processo de prestação de contas supracitado.

O Senhor Vereador Jorge Miranda leu o seguinte:

“Senhora presidente e senhores vereadores,

Tenho que realçar aqui a extensão do documento de Prestação de Contas relativo a 2012.

Tivemos apenas dois dias para analisar as 322 PÁGINAS, que desta vez nos entregaram. (É quase o dobro do que nos apresentaram no ano passado).

Passemos então à análise:

Em primeiro lugar, há que dizer que este documento, agora, tem o mérito de conseguir pôr a Câmara Municipal de Caminha a dar “lucro”, sendo que até os Resultados Operacionais foram positivos em 2012.

Contudo, há alguns pormenores que podem estragar essa conclusão.

Por outro, e em relação aos Resultados Operacionais positivos obtidos, os mesmos estarão relacionados com o facto de esta Câmara Municipal (como as outras, aliás) não ter pago, em 2012, os subsídios de Férias e Natal.

Julgamos que seria honesto reflectir esse facto, em vez de se dizer orgulhosa.

No seu lugar, confessamos, não nos sentiríamos assim.

De referir ainda que, à excepção dos Custos de Pessoal, das Provisões (cujo valor em 2011 está associado às dívidas de água e à participação de Caminha no POLIS Litoral, e residualmente de uma outra chamada de “Outros Custos Operacionais” todas as restantes rubricas de Custos sobem.

Custa-nos acreditar que estas Contas sejam credíveis.

Parece-nos que aconteceu um milagre, depois de um ano antes se apresentar um buraco de 2,7 milhões de euros, na continuidade aliás de outro buraco.

Mas nós não acreditamos em milagres, sobretudo quando se trata de contas.

Aliás, é visível, ao nível do Balanço, que o critério do registo contabilístico de certas operações não parece merecer um consenso alargado.

Refiro-me em concreto à questão dos valores que aparecem no Balanço (página 55) relativos a provisões para riscos e encargos.

Para além de ser curioso aparecer na linha abaixo “Dividas a terceiros – Médio e longo prazos” com um (a) que supostamente deveria ser uma nota, mas que não se vêem em lado nenhum...

A senhora presidente terá ainda ocasião para nos esclarecer, espero ansiosamente, acredite. Recordo que está no quadro da página 55.

Depois, é também relevante o aparecimento em 2012 (coluna da esquerda – ano 2012) de um valor de 845 mil euros, agora já como dívida assumida à AML (leia-se Águas Minho Lima, digo eu). Embora a diminuição do valor das provisões não coincida com este montante (é menor), a verdade é que fica a interrogação:

Então a dívida à AML é de quanto? É de 845 mil euros ou é de mais de 5 milhões de euros como já foi assumido? São as provisões para riscos e encargos, que incorporam esses valores de 5 milhões? Não é claro para nós essa situação e gostávamos de ouvir essa explicação.

Senhora presidente,

No dia 16 de Novembro do ano passado, a senhora deslocou-se a Lisboa para assinar com o ministro Miguel Relvas. O contrato para o resgate financeiro à Câmara de Caminha através do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL).



O valor era de € 2 281 968,63.

Na reunião do Executivo, de 14 de Novembro, eu próprio questionei a senhora presidente sobre o acordo de pagamento com as Águas do Noroeste. A senhora admitiu que não o chegou a assinar.

Está, aliás, registado na Ata da reunião de 14 de Novembro de 2012.

- Já assinou o acordo?

- Recebeu, até 31 de Dezembro de 2012, a verba proveniente do PAEL?

A senhora sublinha que não contraiu empréstimos de curto prazo. Essa é uma meia verdade, atendendo aos encargos mensais que o município tem e terá com os acordos de pagamento de dívidas, parcerias público-privadas, etc, essas vão-se pagando a curto prazo.

É nosso entendimento que as despesas com pessoal não desceram. O que não se pagou foram os subsídios de Férias e Natal. Quanto encaixou a Câmara Municipal por não pagar os subsídios de Férias e Natal aos funcionários?

- Assim sendo, as despesas de funcionamento só baixaram artificialmente.

- A rubrica de aquisição de bens e serviços galopou.

- O investimento é magro.

- A taxa de execução do Plano Plurianual de Investimento é sofrível: apenas 50,91%

Senhora presidente,

A senhora gastou as primeiras páginas, mais de 30 páginas, fazendo justiça ao seu estilo, em propaganda pura.

Por fim,

Agradecemos as palavras sobre o reconhecimento que faz do empenhamento dos vereadores do Partido Socialista.

Mas no capítulo dos agradecimentos estranhámos algumas falhas.

Estranhámos a falta do merecido agradecimento aos Governos do Partido Socialista por terem apoiado tanto esta Câmara Municipal. Só isso permitiu realizar a esmagadora maioria dos investimentos.

Os Governos do Partido Socialista foram extraordinariamente generosos com Caminha, e não olharam à cor política do Executivo.

Não fosse o Governo do Partido Socialista e o litoral de Caminha ficaria à margem das benfeitorias que aconteceram por todo o país, fruto do POLIS Litoral.

O Governo do PSD, de Passos Coelho, destruiu o POLIS Litoral e deixou o concelho de Caminha de fora.

Graças ao governo do Partido Socialista, o litoral do concelho ainda beneficiou de alguns investimentos relevantes, que o governo do PSD já não pôde estragar:

Dou apenas três exemplos:

O Portinho de Vila Praia de Âncora, a intervenção na Praia da Foz do Minho (executando aliás o projecto que o Executivo do Partido Socialista lhe deixou) e a renovação da Praia da Gelfa, na freguesia de Âncora.

Termino com um curto apontamento sobre o "antes e depois", já que a senhora introduziu essa temática nas Contas.

POPULAÇÃO:

Quando a senhora chegou à Câmara, em 2001, também foi ano de Censos. Havia no concelho 17 069 residentes.

Agora, o Censos 2011 diz que há apenas 16 630 residentes.

Hoje haverá ainda menos, porque no concelho não há emprego, não há esperança.

Há obras de fachada e visão de curto prazo.

A Norte e a Sul temos dois concelhos que aumentaram a sua população: Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

Nós perdemos.

DESEMPREGO:

A taxa de desemprego no concelho era de 7% em 2001.

Hoje passamos a terrível barreira dos mil desempregados.

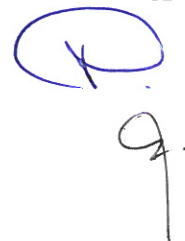
CONTAS DA CÂMARA:

O Executivo do Partido Socialista deixou-lhe um saldo de gerência de 1.446.641.46 €.

Subtraindo as dívidas a fornecedores (285.261.79 €) e os empréstimos bancários (783.935.71 €), o saldo de gerência seria de 377.443.95 €

A senhora não herdou qualquer dívida. Tinha dinheiro em caixa.

MAS DEIXA UM PASSIVO ALTÍSSIMO – UMA PESADA HERANÇA:



- Uma dívida colossal de água para pagar.
- Uma Parceria Público Privada ruinosa, que compromete o município até 2033 em dezenas de milhões de euros, com custos operacionais incontroláveis.
- Deixa dívidas que conhecemos e que não conhecemos

Falo, por exemplo, dos encargos devidos pela derrota em tribunal sobre o caso do edifício onde funcionaram os serviços da Câmara, à beira da Biblioteca.

- Estranhámos, por fim, que num documento tão extenso e tão minucioso com este, que se estende por umas intermináveis 322 páginas, não haja uma referência ao investimento realizado por esta Câmara no Brasil. Nem uma palavra sobre os alegados benefícios desse investimento.

Nestas Contas, como em geral na gestão do PSD nesta Câmara, falta rigor, falta transparência.

Senhora presidente,

Sobre este documento, o voto responsável dos vereadores do Partido Socialista só pode ser CONTRA - é o único possível face à falta de confiança que existe na gestão PSD desta Câmara Municipal”.

A **Senhora Presidente** disse que o PS, nos 11 anos que levou à frente da Câmara de Caminha, nunca deu qualquer contributo para o desenvolvimento de Caminha e servem-se dos eventos promovidos pela Câmara para mostrar os seus candidatos e se promoveram porque não têm projetos nem os tiveram no passado. Em relação às piscinas, o PS prometeu sempre umas piscinas para o concelho e nunca as fez por falta de coragem, o atual executivo construiu as piscinas e já foi julgado pela sua construção e o resultado foi um voto de confiança por parte dos caminhenses que se refletiu nos resultados das últimas eleições. Disse que na parte final da intervenção, o Senhor Vereador, fez foi pura demagogia. Explicou que o relatório de gestão apresentado se apoiou no exemplo dos relatórios feitos por outras câmaras e se o Senhor Vereador pensa que estão a fazer propaganda, então todas as outras câmaras PS do distrito o fizeram. Disse que é legítimo que no último relatório de gestão que faz, e sendo o último mandato, possa apresentar um relatório de gestão que seja o reflexo do trabalho feito. Agradeceu o facto de ter referenciado o relatório



de gestão porque as pessoas até poderão ter curiosidade e consultá-lo e poderão lembrar algumas obras feitas, no entanto disse que não o deve ter lido corretamente já que se o tivesse feito poderia verificar que na parte referente à cultura, onde se refere ao lançamento do DVD da Feira Medieval de Caminha, faz referência à vinda da comitiva brasileira, bem como ao que se pretende com esta visita. Em relação à questão do desemprego, lembrou que este é um problema nacional, não local e que as pessoas sabem que não é a Câmara de Caminha que vai gerar emprego no entanto, percebe-se que esta será a base da campanha eleitoral do PS nas próximas eleições. Afirmou que a câmara tem uma série de iniciativas, em que é parceira, em que procura criar políticas que incentivem e implementem, quer o empreendedorismo, quer nas diversas áreas: seja pescas, turismo ou outras.

Referiu que, mais uma vez, o Senhor Vereador afirma que o PS não deixou dívidas, mas esquece que no passado as câmaras passaram por 3 quadros comunitários, sem os constrangimentos de endividamento nem uma política nacional com os cortes que existem na atualidade. Mesmo assim, receberam o dinheiro, não fizeram obra e deixaram 800 000 euros em empréstimos. Disse que, pela primeira vez, é feita, no relatório de contas, a análise patrimonial referindo que em 2001, quando assumiram a Câmara, o património era de 17 milhões e na atualidade cresceu 58 milhões e isto sim é relevante. Disse que a dívida é proporcional à obra feita e o PS não deixou dívida nem património e têm também o relatório do revisor oficial de contas onde está clara a situação do município e qual a credibilidade das contas apresentadas; falou em parcerias e esqueceu-se de dizer que, ao fim de 30 anos, as piscinas voltam para a propriedade da Câmara Municipal de Caminha, que não foi o que aconteceu na gestão das parcerias público-privadas criadas pelo PS.

Disse que sendo o PS a segunda força política do concelho, é de lamentar que não deem qualquer contributo para o futuro do concelho e lembrou que não foi só o concelho de Caminha a perder população, que o ano passado foi o concelho de Caminha que foi considerado o município com melhor qualidade de vida, este ano é Vila Nova de Cerveira, e Caminha, atualmente, é o concelho com maior poder de compra do distrito e isto demonstra qual é a situação de pobreza ou de riqueza no



concelho. Disse que as pessoas percebem quais as políticas que a Câmara está a fazer para criar emprego no concelho. Disse que tem consciência de que deixa obra feita, um grande investimento feito e que a justa medida do endividamento é relacionada com esse investimento; o endividamento foi avaliado mediante a capacidade de endividamento que tinha e validado pelo tribunal de contas.

Disse que o responsável pela gestão das Águas do Minho e Lima e pelo desequilíbrio financeiro dos orçamentos camarários é o PS enquanto foi poder e o Sr. Eng. Sócrates que na altura vendeu esse negócio. Nessa altura o Bloco de Esquerda foi contra a venda das águas e neste momento apoia o PS que é o responsável por esse negócio. Afirmou que, ironicamente, o único município que tem o problema resolvido é o de Caminha e agora os outros municípios estão a tentar resolver também o problema, um problema criado pelo PS. Disse que a Câmara de Caminha fez um bom acordo com as Águas do Noroeste, que está visado pelo Tribunal de Contas; disse que o PS, enquanto partido da oposição tinham a obrigação de ter outro tipo de atitude mas isso mostra o caminho que o PS escolheu. Disse que o Senhor Vereador, com a intervenção que fez, evidenciou o esforço que a Câmara fez no sentido de equilibrar a despesa e criar receita, e evidência também o esforço efetivo de 4 milhões de euros que está devidamente certificado pelo revisor oficial de contas e o reflexo do PAEL só será evidenciado nas contas de 2013; no entanto referiu que devem esperar a publicação das contas dos demais municípios para que possam comparar.

Disse que exclui o PS dos agradecimentos propositadamente; primeiro porque o PS propagandeou a POLIS, o administrador da POLIS, muito antes do PSD ser Governo, enviou uma carta do Senhor Deputado Jorge Fão onde diz que a execução da POLIS era de 9% mas para Caminha 0%, só projetos, e o projeto da Marginal de Caminha não está feito. Os Municípios nunca quiseram a Parque Expo como parceira; se fizerem uma análise, os projetos que estão, neste momento em execução de obra, eram todos projetos de Câmaras: Viana do Castelo e Esposende; o Parque Expo limitou-se a usar esses projetos e desenvolvê-los.

Disse que, pela análise dos documentos, podem verificar que há uma redução significativa na despesa e quando o Senhor Vereador falou nos subsídios de férias e



de natal, afirmou que a redução aconteceu nas câmaras de todo o país e mais uma vez compara o que não é comparável; disse que o projeto que o PS tem para o concelho para reduzir às despesas de pessoal, é despedir pessoas, esta é a perspetiva que o PS tem para Caminha e assim se percebe o facto dos vereadores do PS votarem contra tudo o que são concursos para admissão de pessoal, porque o PS entende que não se pode dar oportunidade às pessoas, não se pode dar emprego às pessoas já que é esta a forma que o PS entende para reduzir despesa com pessoal.

Seguidamente leu:

“Na qualidade de Presidente da Câmara, é com particular satisfação que apresento a este órgão as contas de gerência do ano de 2012, traduzidos nos resultados de exploração superior a dois milhões e duzentos mil euros.

Mas se os resultados do exercício traduzem o rigor orçamental os vários indicadores económico-financeiros favoráveis demonstram uma preocupação em conseguir um equilíbrio entre a receita e a despesa, e demonstram ainda que essa preocupação e esse rigor orçamental permitiu ter mais despesa do que receita!

Desde 2004 que os profetas da desgraça têm tentado passar para a comunicação social uma ideia perversa de que o Município estaria com desequilíbrios financeiros e já passaram 11 anos e três atos eleitorais, obras prometidas e obras concretizadas, e afinal as contas do município estão controladas.

A ideia perversa vai ao ponto de quererem fazer crer que só o Município de Caminha é que tem dívidas. A pergunta que é justo aqui fazer é se a Câmara do Partido Socialista, em 2001, não tinha dívidas? E as restantes Câmaras do Partido Socialista do distrito, não têm dívidas? E muitas outras câmaras por esse País fora, onde o partido que aqui é oposição é poder? Aí podem ter dívidas..... mas em Caminha não!

Reitero a convicção de que este exercício foi importante para o município na medida em que foi possível um acordo com a atual empresa das águas – Aguas do Noroeste – de que resultou no imediato a redução da dívida em cerca de 1.008.906,88€ e no futuro ainda cerca de 891.117,30€ uma vez que , este último valor, será “pago” por desconto em dividendos futuros.



É do conhecimento dos Senhores Vereadores que o executivo manteve uma posição firme na defesa dos interesses dos munícipes, não aumentando o tarifário da faturação desde 2004 até 2011, com recurso às instâncias judiciais, litígio que termina com assinatura do acordo, conseguido que está este conjunto de benefícios financeiros relevantes.

Também é do conhecimento dos Senhores Vereadores que a nível nacional a maioria das câmaras tinha dívidas às empresas das águas, umas porque não concordaram com os tarifários, outras por outras razões, mas o Governo conseguiu um mecanismo financeiro – PAEL - destinado a ajudar os municípios a liquidar os valores em débito. O município de Caminha aderiu ao PAEL, apenas para pagar parte das faturas em dívida, no montante de cerca de 2.281.968.63€, que vai permitir liquidar parte da dívida das águas num prazo de 14 anos. O tempo veio provar que tínhamos razão! Infelizmente o cenário no distrito é as Câmaras Municipais com injunções, a devolver faturas,

Importa sempre dizer que desde o Orçamento de Estado de 2010 até ao Orçamento de Estado de 2012 o município de Caminha perdeu cerca de 900 mil euros, na redução das transferências correntes e de capital, o que nos impediu de concretizar algumas medidas de carácter social, certamente o que aconteceu com a maioria dos municípios.

Digo no relatório que em 2012 as funções sociais atingiram um grau de execução de 51.65% quando em 2011 foram de 32,35%, sendo certo que o valor da execução em 2012 foi de 3.005.070€ e em 2011 foi de 3.098.241€, mas podemos daqui tirar duas leituras:

- a 1ª é que as preocupações de uma boa execução foi conseguida;
- a 2ª é que a execução do orçamento foi condicionada pela Lei dos Compromissos que passou a condicionar a aprovação de despesas à existência de fundos disponíveis.

Pela análise de alguns quadros do relatório podemos concluir o seguinte:

- **O Património do município**, quando comparado com o ano 2001, passa de 17.604.076€ para 74.785.990€, **umentando por isso mais de 57 milhões**



de euros;

- ***O ativo realizável*** do município, que são as disponibilidades em bancos e caixa, as dívidas de terceiros e as existências em armazéns ***umentaram cerca de 900 mil euros face a 2011***, o que significa que o município tem recursos próprios realizáveis na ordem dos 6.7 milhões de euros, realidade que exibimos com muito orgulho porque no distrito só há um município que nos supera;
- ***O passivo exigível total reduziu cerca de 1.6 milhões de euros face a 2011***, passando de 18.990.666€ para 17.339.673€, o que foi conseguido em grande parte pela redução da dívida das águas, dos empréstimos e das dividas de médio e longo prazo.
- **O município não recorreu a empréstimos de curto prazo, e podia fazê-lo.**
- **Estamos a cumprir o pagamento a 90 dias, como determina agora a lei.**
- **A execução orçamental de 2012 foi de 50,91% e em 2011 foi de 39,1%.**

Para além destes indicadores internos importa registar o recente estudo da Universidade da Beira Interior que considera que no distrito de Viana do Castelo Caminha é o 2º Concelho com melhor poder de compra, com 80%.

Ora, se isto não é um dado relevante de que o Município tem conseguido criar riqueza....então os que querem fazer passar a mensagem do pessimismo deveriam primeiro avaliar o que conseguem quando estão no poder!

Não posso por isso deixar de referir neste documento que todos aqueles que desejavam ver o município com dificuldades em cumprir os seus compromissos mensais não o vão conseguir e vão ter de continuar a inventar não só porque cumprimos as promessas que os executivos socialistas nunca cumpriram e é importante por isso aqui referir que a oferta de novos equipamentos e novos serviços, como é o caso das piscinas, da ludoteca, do GAM, do Abrigo de Animais, do CISA, da CIM, do Ferry, do arquivo, do Estádio Morber, do sector



florestal, da equipa de revisão do PDM, dos quadros afetos aos serviços da Repartição de Finanças, do sector de desenho e topografia, etc. etc,

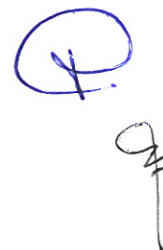
Concluo a apresentação deste documento agradecendo a todos os que contribuíram para o sucesso da gestão municipal, com uma palavra muito especial aos meus vereadores e funcionários do município, sem esquecer os deputados municipais, uma vez que o documento que estou agora a apresentar é o resultado do PPI e Orçamento por eles aprovado e que confiaram em mim e no meu executivo para o ver concretizado com o enorme sucesso político, que reiteradamente aqui expressamente agradeço.”

Para terminar leu ainda o seguinte:

“Não posso deixar neste momento, de agradecer, sem exceção, a todos os funcionários do município de Caminha, a todos os senhores presidentes de juntas de freguesia, a todos os nossos parceiros sociais e económicos, e ainda ao órgão deliberativo da assembleia municipal na pessoa do seu Presidente, Dr. Francisco Sampaio, que garantiu não só o nobre funcionamento deste órgão, mas também à aprovação de todos os documentos de gestão essenciais que conduziram a este excelente resultado.

Não posso deixar de agradecer aos diversos secretariados e de uma forma muito particular ao meu chefe de gabinete João Silva pela sua competência, dedicação e profissionalismo. Também um reconhecido agradecimento ao órgão executivo da câmara municipal, nas pessoas dos senhores vereadores Jorge Miranda, Teresa Guerreiro e António Vasconcelos, pela presença, dedicação e empenho, numa verdadeira discussão democrática e ainda de uma forma particular aos senhores vereadores Liliana Silva, Paulo Pereira, Mário Patrício e Flamiano Martins não só pela aprovação dos documentos de gestão essenciais mas também por todo o trabalho de parceria e dedicação na concretização dos diversos projetos.

Dou especial destaque e ênfase para a competência e trabalho do senhor Vice-presidente da Câmara Municipal Flamiano Martins, que nessa qualidade e em exercício de representação não só naquele órgão executivo, mas em diversos atos, enobreceram e dignificaram o município de Caminha.



Numa palavra final, um profundo e sentido agradecimento à população do concelho de Caminha por ter sempre acreditado no nosso projeto e por sucessivamente nos dar o seu voto de confiança.”

Disse que estará sempre ao lado da população, nos momentos em que lhe sejam possíveis e nos momentos em que possa estar ao serviço da população que a elegeu e depositou em si confiança. Deixou uma nota final realçando o nível das intervenções políticas que são feitas no âmbito de um exercício político e que nada têm a ver com questões pessoais.

A presente proposta foi aprovada com 4 votos a favor da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores, Flamiano Martins, Mário Patrício, Paulo Pereira, 2 votos contra dos Senhores Vereadores Jorge Miranda, Teresa Guerreiro e 0 abstenções.

**PROPOSTA N.º 09 – PROTOCOLO A CELEBRAR COM A JUNTA DE
FREGUESIA DE ÂNCORA PARA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

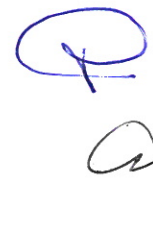
Face à informação dos serviços, **propõe-se** a aprovação da minuta de Protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia de Âncora para Delegação de Competências, o qual fica a fazer parte integrante dos originais desta ata.

Mais **se propõe** a submissão desta proposta à aprovação da Assembleia Municipal, solicitando a sua aprovação em minuta.

A presente proposta foi aprovada com 6 votos a favor da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores, Flamiano Martins, Mário Patrício, Paulo Pereira, Jorge Miranda, Teresa Guerreiro, 0 votos contra e 0 abstenções.

**PROPOSTA N.º 10 – NORMAS DE PARTICIPAÇÃO PARA “FEIRA MEDIEVAL
DE CAMINHA 2013”**

Com o objetivo de estabelecer regras claras de participação, por parte de todos os interessados, na Feira Medieval de Caminha - 2013, **propõe-se** a aprovação das



normas em epígrafe, que ficam a fazer parte integrante da ata e que aqui se dão inteiramente por reproduzidas.

O **Senhor Vereador Paulo Pereira** explicou que nos anos anteriores havia um só regulamento que fazia referencia a várias formas de participação, este ano foram divididos em 3 regulamentos. Reforçou que esta é a Xª Edição da Feira Medieval de Caminha e que este é sem dúvida um evento que atrai muitas pessoas ao concelho dando uma grande dinâmica à vila, ao concelho e não só, a própria região beneficia muito com este e outros eventos. Disse que, relativamente aos valores de participação, estes forma reduzidos tendo em atenção a atual conjuntura como forma de cativar e atrair mais artesãos e participantes.

A presente proposta foi aprovada com 6 votos a favor da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores, Flamiano Martins, Mário Patrício, Paulo Pereira, Jorge Miranda, Teresa Guerreiro, 0 votos contra e 0 abstenções.

**PROPOSTA N.º 11 – PORTÂNCORA- PAINEIS DE ALUMINIO LDA-
RECONHECIMENTO PRÉVIO PARA ISENÇÃO DE IMT**

Foi presente o requerimento apresentado por Portâncora- Painéis de Alumínio, Lda, a qual solicita o reconhecimento prévio, para efeitos de isenção do pagamento do Imposto Municipal sobre as Transmissões onerosas de Imoveis, na aquisição de um Imóvel, sito na Área Empresarial da Gelfa, freguesia de Âncora, deste Concelho, inscrito na respetiva Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º946 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Caminha sob o n.º 1643, pelo montante 21.990,60€. O prédio em questão destina-se a exercer a atividade de fabrico, comércio e exportação de painéis de alumínio, e importação de matérias-primas e subsidiárias para o referido fabrico e comercialização.

Assim, **propõe-se** que a Câmara delibere reconhecer a pretensão da firma em questão, por preencher os pressupostos legais, autorizar a isenção do IMT relativamente à aquisição do Imóvel supra identificado e emitir a respetiva certidão.

Mais **se propõe** a submissão desta proposta à aprovação da Assembleia Municipal, solicitando a sua aprovação em minuta.

Esta proposta foi retirada por sugestão da Senhora Presidente.

A presente proposta foi aprovada com votos a favor, votos contra e abstenções.

PROPOSTA N.º 12 – APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

Para produção de efeitos imediatos de todas as propostas constantes nesta ata, **propõe-se** que esta seja aprovada em minuta.

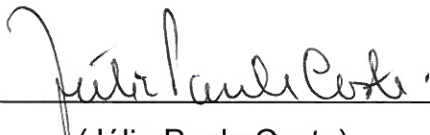
A presente proposta foi aprovada com 6 votos a favor da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores, Flamiano Martins, Mário Patrício, Paulo Pereira, Jorge Miranda, Teresa Guerreiro, 0 votos contra e 0 abstenções.

E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 17 horas e 10 minutos, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim que a secretariei.

Paços do Município do Concelho de Caminha, 12 de Abril de 2013

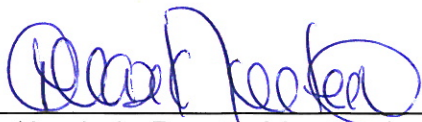
ASSINATURAS:

A PRESIDENTE DA CÂMARA



(Júlia Paula Costa)

A SECRETÁRIA



(Anabela Pereira Monteiro)